



O CDS-PP partilhou hoje a preocupação do Presidente da República sobre a crise na comunicação social, está disponível para entendimentos quanto a eventuais apoios, mas avisou que é preciso preservar a independência dos media.

"Estamos disponíveis para uma solução, que todos devemos estudar. Parece-nos que faz sentido sentar-nos à mesa", afirmou à Lusa a deputada centrista Vânia Dias da Silva, num comentário ao desafio lançado na terça-feira à noite por Marcelo Rebelo de Sousa, sobre se o Estado não tem o dever de intervir face à crise da comunicação social.

O chefe de Estado considerou que há uma "situação de emergência" na generalidade da comunicação social que já constitui "um problema democrático e de regime" - uma afirmação que mereceu a concordância de Carlos César.

A parlamentar do CDS defendeu que uma eventual intervenção do Estado deve ser feita com cuidado e aconselhou que se tente "encontrar-se soluções criativas" que não passem apenas por "lançar dinheiro sobre o problema".

"A intrusão do Estado nos media pode ter um efeito perverso e pernicioso e temos que perceber que a solução a desenhar tem que ser imaculada no sentido de não haver nenhuma ingerência do poder político nos meios de comunicação social", disse.

Vânia Dias da Silva alertou que, "ao tentar fazer bem", não pode "haver uma ingerência que é absolutamente inaceitável e que ninguém quer".

A deputada centrista aproveitou ainda para criticar o Governo por sucessivos atrasos na distribuição de incentivos à imprensa regional e local.

E recordou que a maioria chumbou uma proposta da sua bancada para o Orçamento do Estado de 2019 para que os apoios, que não foram dados em 2016, fossem agora distribuídos.

Na terça-feira à noite, na cerimónia de entrega dos Prémios Gazeta 2017, num hotel de Lisboa, o Presidente da República deixou a seguinte questão: "A grande interrogação que eu tenho formulado a mim mesmo é a seguinte: até que ponto o Estado não tem a obrigação de intervir?".

O chefe de Estado adiantou então, a este propósito, se "não será possível uma forma de intervenção transversal, a nível parlamentar, que correspondesse a um acordo de regime".

"Não sei, verdadeiramente, quais são as pistas. Tenho para mim esta preocupação, que é: não queria terminar o meu mandato presidencial com a sensação de ter coincidido com um período dramático da crise profunda da comunicação social em Portugal. E, portanto, da liberdade em Portugal e, portanto, da democracia em Portugal", acrescentou.